

Segundo Lenilde Sá, no início do século

Não tínhamos motivos econômicos, não tínhamos reações manifestas contrárias à República. O que tínhamos eram doenças que raziam constantemente a cidade, ameaçando a sua população de não vê o progresso iluminado nem sequer pela luz elétrica. (SÁ, 1999, p.266)

Na Parahyba do Norte, os maiores problemas no início da República eram as doenças epidêmicas e endêmicas que vitimou centenas de pessoas e por esta razão que se fazia necessário tomar medidas urgentes para solucionar os problemas de ordem sanitária que afligia toda população. As doenças também representavam um fator contrário ao progresso de uma cidade e ainda era desfavorável a idéia de modernidade.



Foto 02: Antiga Rua do Melão. Atual Rua Beaurepaire Rohan 1906 acervo do arquivo Histórico da Paraíba

Quando analisamos a foto da antiga Rua do Melão fotografada em 1906, atualmente conhecida como Rua Beaurepaire Rohan, podemos observar o cotidiano de uma rua sem alinhamento, nivelamento, com casebres, casas de palha, falta de calçada nas casas, inexistência de calçamento, presença de mato, buracos, sem água encanada, eletricidade, saneamento, e condições que propiciam o acúmulo de lixo e o possível desenvolvimento de doenças.

Além da Rua do Melão podemos citar, por exemplo, a Rua Formosa, e a Rua da Raposa, entre outras ruas e becos deste período, que também passavam por problemas de infra-estrutura. Para resolver as complexas situações urbanas, as autoridades governamentais

estabeleceram planos e medidas higiênicas que passavam literalmente por cima de tudo e de todos, que inviabilizassem a mudança de tal situação.

E assim os discursos higienistas reforçados pelas forças policiais “mostram uma política de demolições onde as ordens dos médicos eram de mandar queimar os restos dos casebres e barrocos” (RODRIGUEZ, 1994, p.31), p. 01) porque eles infectavam a cidade.

Em nota, o Jornal a União trás a seguinte informação.

(...) O Sr. Dr. Camillo de Hollanda presidente do Estado, em companhia dos Srs. Drs. Diretores de hygiene Teixeira de Vasconcellos e médicos da mesma Repartição Manuel Lemos e Octavio Soares etc. dirigiu em pessoa as visitas domiciliars, que devem instruir o director d'aquelle departamento na expedição de ordens de interdicção ás residências impossibilitadas para tal fim.

Como era de prevêr, foi simplesmente desaladora a impressão que trouxe o chefe do governo desses casebres immundos e em perigo de imminente ruína, ainda assim, habitados pela nossa população prolectaria, lamentavelmente explorada pelos proprietarios dessa alfurgas e pocilgas, que podem de modo algum permanecer entre outras edificações, pesteando-as pelo seu repugnante contacto. Urge, portanto, [...] que o Sr prefeito, armando-o de uma lei que auctore a interdictar e demolir esses casebres inhabitaveis, que constituem, pela sua innominavel immundicia, uma permente ameaça á saúde e ao transito da nossa população. (...) (A UNIÃO, 1917, p.1).

Podemos observar que o discurso do Sr. Dr. Camillo de Hollanda, reforça as ideias dos discursos médicos onde as populações mais humildes eram vistos como pessoas perigosas. Perigosas porque além de causarem rebeliões nas ruas, causavam também doenças, pois, o discurso para demolição das casas tinha como justificativa a ameaça a saúde.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosa apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contagio. (CHALHOUB, 2004, p.29).

A presença de casebres, becos, falta de saneamento produzia um ambiente propício ao desenvolvimento das doenças e principalmente das epidemias. Não havia por parte do Serviço Sanitário preocupação com as condições de hygiene da capital ou preocupação em esclarecer a população sobre as doenças. A idéia de prevenção parece ter ocorrido de forma lenta aqui na Parahyba, como mostra Lenilde Duarte, em sua pesquisa nos Relatórios de Presidentes de Província, Relatórios de Presidentes de Estado, Relatórios de Inspetores de Saúde etc.

Afagamos (...) de há muito a idéia da organização do serviço sanitario desta capital, - do seu saneamento, - em condições de fazer a sua hygiene defensiva (...). Basta-nos observar o aspecto offerecido pela capital cearense, para avaliar-se o interesse que o Dr. Nogueira Accioly vota à hygiene(...). Em cada município existe uma delegacia de hygiene, destinada a defesa sanitaria, da circunscripção e dotadas todas ellas de recursos precisos para consecução dos seus fins. (...) Si do Ceará levarmos nossas vidas para o Maranhão, veremos que naquelle Estado a solicitude do governo se tem evidenciado de modo generoso e patriotico dotando-o de melhoramentos taes em

materia de hygiene que a sua directoria já distribue boletins semanaes, pelos quaes se torna conhecido o seu movimento de natalidade, nupcialidade e mortalidade. (SÁ, 1999, p.203)

Enquanto cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, haviam implantado o Serviço Sanitário logo após a proclamação da República, no Ceará, Maranhão e várias capitais do país, na Parahyba tudo caminhava lentamente, principalmente em relação às práticas relacionadas à fiscalização médica: vacinação, alimentos, construções, açougues, cinemas, mercados, etc.

Considerando que o serviço de higiene foi regularizado em 1895, organizado em 1907 e institucionalizado em 1911, comparando-o aos das demais cidades mais desenvolvidas do país, vimos que este caminhou em marcha lenta, *pari passu* ao moroso desenvolvimento urbano da cidade da Parahyba. (SÁ, 1999, p.264)

Podemos ressaltar o mau gerenciamento dos órgãos administrativos em relação às necessidades que se faziam de forma urgentes para que a cidade pudesse ser um espaço salubre atendendo ao menos as mínimas necessidades básicas da população.

Nas primeiras décadas do século XX a população paraibana viveu um período de pânico por causa das epidemias que se alastravam por toda cidade, entre estas epidemias e endemias destacavam-se, varíolas, febre, tuberculose, gastroenterite, bexiga. Vejamos algumas das principais doenças que acometiam a população paraibana no período:

[...] no ano de 1904, foram registrados, no livro de assentamento de óbitos da santa casa, 637 (seiscentos e trinta e sete) casos de disenteria que ceifou, sobretudo, a vida de dezenas de crianças. O alto índice de mortalidade configurou a epidemia reconhecida como câmara de sangue. Foram ainda registrados, referente àquele ano, 97 (noventa e sete) mortes por gastroenterite; 93 (noventa e três) por febre, de diversos tipos, e 57 (cinquenta e sete) por varíola.

No ano de 1907, entre os óbitos notificados, flagramos a razia da varíola: 479 (quatrocentos e setenta e nove) casos foram registrados. Em segundo lugar ficaram as febres, responsáveis por 80 (oitenta) mortes. Por tuberculose, foram registrados 71 (setenta e um) mortes e, em seguida, as gastroenterites, que fizeram 66 (sessenta e seis) vítimas fatais.

O ano de 1913, o maior número de mortes foi provocada gastroenterite: 131 (cento e trinta e um) mortos. Em segundo lugar ficou a varíola com 122 (cento e vinte e duas) mortes. No ano de 1915, a gastroenterite fez 177 (cento e setenta e sete) óbitos; a tuberculose 147 (cento e quarenta e sete) e o impudismo 47 (quarenta e sete) vítimas. Considerando os outros anos de seca, neste ano não foi registrado nem um caso de morte por varíola!(?!). Mas, ocorreram sim casos de varíola. A confirmação veio pelo jornal A União de 11 de junho daquele ano, quando publicou a *synthese demographo sanitaria* da capital da Parahyba, anunciando 162 (cento e sessenta e dois) casos de mortes por varíola. Nos meses seguintes, a imprensa chamava atenção para a presença da bexiga, associando-a aos que migravam do sertão. (SÁ, 1999, p. 56/57)

E continua:

A partir de 1917, os discursos encontram - se totalmente voltados para esse modelo, onde são percebidos verbetes nacionalistas e eugênicos. De 1917 a 1920, a cidade se preparava para incorporá - lo tanto. Tanto é assim que, em 1921, foi inaugurada a Comissão de Higiene e Profilaxia Rural, tida para alguns escritores como o primeiro serviço de saúde pública da Parahyba. Esse serviço tendo a educação sanitária como instrumento de intervenção, sugere- nos ser caracterizado não como repressor, mas disciplinador (SÁ, 1999, p.269).

É importante registrar, que o número citado acima faz parte apenas de uma parcela da população que chegava aos hospitais. No caso, o número de doentes e óbito registrado não condiz com o que acontecia na cidade. Nas outras áreas do Estado às doenças, epidemias e óbitos também eram constantes e numerosos. “Assim, transpomos os últimos dias do século XIX, durante o qual a nossa urbe ainda apresentava as características das velhas cidades do império colonial brasileiro”. (RODRIGUEZ, 1994, p.31)

O discurso higienista na Parahyba neste período enfatiza os mesmos objetivos de outros centros urbanos mais desenvolvidos sob a justificativa de acabar com as epidemias os poderes públicos excluíram a população pobre do centro da cidade, das áreas consideradas modernas que deveriam ser utilizadas pela elite. Também passaram a intervir no cotidiano dos pobres, menores abandonados, prostitutas, loucos, doentes, estabelecendo o que deveriam fazer onde ir, etc. Ou seja, a disciplinarizar seus corpos.

Nesse sentido, governantes, sanitaristas e arquitetos unidos com e instituições como Escolas, Exército, Igreja, etc. passaram a tomar medidas disciplinadoras para controlar a população considerada perigosa.

Podemos observar então “Nessa perspectiva de tornar a capital paraibana salubre [...] Sem as epidemias que volta e meia eclodia em meio à sociedade” (FERNANDA, 2009, p.33) o desejo de tornar a cidade da Parayba do Norte moderna.

O que acontecia na Parahyba do Norte, não se dava de forma isolada, no Rio de Janeiro a derrubada dos cortiços e casebres começou ainda no século XIX a exemplo da “destruição do cortiço Cabeça de Porco em 1893” (CHALHOUB, 1996) o que aumentou com a política de Pereira Passos, conhecida como “Regeneração”. (SEVCENKO, 1995) Claro, que não podemos comparar as mudanças ocorridas na Parahyba com o Rio de Janeiro, apenas, mostramos que as mudanças aconteciam seguindo o mesmo padrão e praticamente durante o mesmo período.

Podemos usar a música saudosa maloca, para refletir sobre esta fase conhecida como o “bota abaixo”, que ocorreu de forma desumana, preconceituosa e arrogante por parte dos administradores públicos em querer se livrar do antigo e erguer uma bandeira como símbolo

de um arquétipo que impulsiona o progresso e a civilização concedendo status social por meio de uma cidade moderna.

A música composta pelo compositor João Rubinato, cujo pseudônimo era Adoniram Barbosa diz o seguinte:

Si o senhor não está lembrado/ Dá licença de contá/ Que aqui onde agora está/ Esse edifício alto/ Era uma casa velha/ Um palacete abandonado/Foi aqui seu moço/ Que eu, Mato Grosso e o Joca/ Construimos nossa maloca/ Mais, um dia/ Nem quero me lembrar/ Veio os homens cas ferramentas/ O dono mandô derrubá/. Peguemo tudo a nossas coisas/ fumos pro meio da rua, Apreciar a demolição/ Que tristeza que eu sentia/Cada táuba que caía duia no coração/ Mato Grosso quis gritá/Mas em cima eu falei:/Os homis tá cá razão, nós arranja outro lugar[..] (*Saudosa Maloca -Adoniram Barbosa, 1955.*)¹

Podemos observar que Adoniram Babosa, canta e descreve o processo de demolições de um cortiço, semelhante à destruição do cabeça de porco, para no seu espaço ser instalado um edifício alto, que se intitula ser novo, moderno, arrojado, modificando, os aspectos arquitetônicos e urbanístico, de um determinado lugar por determinação de uma ordem instituída pelas autoridades que ele chama de “os homis” Era a substituição do velho pelo moderno.

A palavra ordem era a negação do passado e a substituição de tudo aquilo que pudesse ter alguma relação com a herança colonial, escravista ou negra, quer esta se manifestasse através da arquitetura do desenho urbano ou dos hábitos dos cidadãos. (WILANNA, 2004, p. 17).

Sendo assim, o “bota abaixo”, marcou profundamente a população pobre das cidades brasileiras, A música, fala da derrubada de um cortiço/casa velha. Possivelmente, a casa foi demolida, primeiro porque era velha e representava uma ameaça à saúde da população, por ser um possível foco de doenças. Em segundo lugar, porque era velha e estava fora do padrão estético estabelecido pela modernidade. Como era o caso dos cortiços, das casas de palha e casebres pobres.

Diante do “bota abaixo”, não havia preocupação em relação ao destino dos moradores. Depois de ter a casa derrubada onde essa população expulsa do centro da cidade foi morar? Se derrubavam a casa para proteger a população contra as doenças, por que não havia nenhum tipo de preocupação com os que ficavam sem as moradias? Quem eram que moravam nos cortiços ou nas casas de palha?

¹ Encontramos duas versões em relação à data de composição da Música Saudosa Maloca a primeira como sendo em 1951 e a segunda 1955. Acreditamos que foi em 1955.

Nota-se na letra da música, que apesar da dor no coração do morador diante da sua perda, não havia resistência significativa. Apenas Mato Grosso quis reclamar, resistir, mas foi logo impedido sob a justificativa que “Os homis tá cá razão, nós arranja outro lugar” para morar. Onde? Como?

No Brasil, nem todas as pessoas estavam satisfeitas com o projeto modernizador, E ocorreram diferentes formas de resistência, envolvendo desde a própria elite pela forma como foi conduzido o processo de modernização, como a população pobre que vivenciava os problemas no seu cotidiano. No entanto, os segmentos populares que se rebelaram foram punidos. Outra parte da população pobre brasileira não reagiu como mostrou a letra de saudosa maloca.

A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos meados da década de 1870, mas que chagaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas. (CHALHOUB, 2000, p.25)

As demolições se intensificaram a partir de fevereiro de 1904, durante o governo de Pereira Passos no Rio de Janeiro, e se espalhou pelo Brasil. No entanto, foi apenas depois da imposição da vacina obrigatória contra a varíola que a maioria do povo pertencente à população pobre se revoltou contra os excessos do governo, no movimento conhecido como Revolta da Vacina.

Foi nesse período que o Rio de Janeiro vivenciou uma série de mudanças na sua estrutura urbanística e nos costumes da população que ficou conhecido como “Regeneração”.

“O Rio de Janeiro, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os dias contados”. As transformações vivenciadas “na paisagem urbana do Rio de Janeiro e outras cidades passaram a influenciar os cidadãos no restante do país o que levou a elite paraibana principalmente os comerciantes ligados a associação comercial a se interessarem pelas mudanças ocorridas”. (SEVCENKO, 1995, p. 30)

De acordo com Nicolau Sevcenko as mudanças que aconteceram no Rio de Janeiro foram regidas por princípios que de um modo geral negava os costumes populares, a tradição, e passava a privilegiar uma sociedade moderna cosmopolita, e “identificada com a vida parisiense”:

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, (derrubada dos cortiços) que será

praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 1995, p. 30)

O Rio transformou-se no maior centro cosmopolita da nação, em contato com a produção e o comércio europeus e americanos, absorvendo-os e irradiando-os para todo o país.

Aos poucos a cidade da Parahyba do Norte começou a acompanhar de forma lenta as mudanças que também aconteciam em outras capitais brasileiras. Aos poucos passou a ser redefinida com ruas mais amplas, alinhadas, etc. As autoridades governamentais começaram a mostrar suas preocupações com a limpeza dos prédios, com o aumento da rede de iluminação elétrica, com a drenagem de pântanos, com o aterro sanitário, com a arborização de ruas, e jardins para melhorar a circulação de ar na cidade. As principais modificações podem ser visualizadas entre o período entre 1910 e 1930, quando a cidade recebe os principais ícones da modernidade.

Esta fase de transição entre uma cidade rural e uma cidade urbana fica mais evidente quando analisamos o cotidiano desta sociedade paraibana que ainda traziam resquício de uma sociedade colonial arraigada de práticas e elementos muito forte da cultura tradicional que estava presente nos costumes e hábitos vividos e compartilhados naquela época por toda sociedade.

O transporte era puxado à tração animal e ainda se podiam ver moças e rapazes banhando-se nos rios, ou famílias de comerciantes, políticos, médicos, professores e boticários sendo abastecidas de água pelos aguadeiros que, nas portas das residências, negociavam o barril ao preço de vinte mil reis. As noites iluminadas pelos lampiões a óleo de azeite de mamona completavam o cenário mais afeito ao mundo rural que ao urbano. Essa não era a cidade desejada pelos comerciantes, políticos e os jovens intelectuais formados em direito e medicina, com sonhos de abrir escritório e consultório e exercer tal profissão na capital. (CHAGAS, 2004, p.36)

E assim, torna-se cada vez mais forte a necessidade de mudar os hábitos associados ao rural. De acordo com o discurso do período era preciso visualizar o novo, o moderno e para isso acabar com práticas antigas, relacionadas aos costumes do sítio. Por isso o desejo de ter uma cidade com ares modernos porque “este período foi marcado, pelo rápido avanço de valores burgueses”. (CARVALHO, 2000, p.42), pois a cidade ideal deveria ser uma cidade com, energia elétrica, ruas calçadas, água encanada, bonde elétrico, entre outros, em prol do progresso e civilização.